

# ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS BUROCRACIAS SINDICAIS E PARTIDÁRIAS

**Renato Nucci Junior (Militante e dirigente do PCB-São Paulo)**

## Apresentação

De acordo com a tese *A Estratégia e a Tática da Revolução Socialista no Brasil*, o capitalismo brasileiro encontra-se plenamente desenvolvido, com nosso país se constituindo em “uma formação social capitalista desenvolvida e monopolista, que a burguesia monopolista nacional/internacional constituiu-se em classe hegemônica e dominante; que o Estado brasileiro é um Estado burguês e que o processo político da luta de classes no ciclo recente produziu um bloco liberal burguês hegemônico e dominante, formado pela aliança entre a grande burguesia monopolista, o monopólio capitalista da terra, o imperialismo e um setor político da pequena burguesia política que, através de burocracias partidárias e sindicais e o controle de mecanismos de governo, cooptaram e buscam neutralizar o proletariado...” (parágrafo 40).

Mais adiante, no parágrafo 56, a tese aponta que no plano institucional as disputas políticas no interior do bloco de poder liberal burguês se polarizam entre PSDB-PPS-DEM e PT-PCdoB-PDT-PSB-PMDB-PTN-PP. A tese corretamente não trata o bloco liberal burguês como uma massa indistinta de interesses, mas aponta duas diferenças em seu interior, assim classificadas: “Uma delas é o grau e o tom da competitividade e autonomia frente ao imperialismo, sobretudo estadunidense, na integração do Brasil a esse sistema. A outra é o grau das liberdades democráticas, ou seja, a forma e os meios de cooptar, conter, criminalizar e reprimir movimentos sociais e políticos que se insurgem contra a ordem burguesa” (parágrafo 58).

Se a tese, por um lado, reconhece a formação de um bloco liberal burguês hegemônico e dominante, por outro, ela adverte sobre a existência de algumas contradições no interior desse bloco que o levam a cindir-se em duas alternativas institucionais, uma dirigida pelo PT e outra pelo PSDB, ambas representando interesses relativamente distintos. O objetivo dessa contribuição à Tribuna de Debates é o de compreender o papel da chamada pequena burguesia política no interior da fração comandada pelos petistas, através das burocracias partidária e sindical da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores, no sentido de cooptar e neutralizar setores do proletariado. Também buscaremos indicar, a partir das considerações preliminarmente expostas, a relação que o PCB deve manter com a pequena burguesia política.

Antes de qualquer coisa, queremos discordar sobre o emprego do conceito de pequena burguesia política para se referir às burocracias sindicais da CUT e do PT, como fração integrante do bloco de poder liberal burguês. Para diferentes vertentes do marxismo, o conceito de pequena burguesia se refere não somente aos pequenos proprietários de meios de produção, mas também a certos estratos sociais cuja posição econômica, política e ideológica os colocam como uma classe apoio da burguesia monopolista. No caso das burocracias sindicais e partidárias, crismada por Lênin e absorvida pelo marxismo de aristocracia operária, se trata não de uma classe, mas de uma fração de classe do proletariado, cujo papel a partir de uma posição econômica vantajosa no processo de produção, mas também por razões políticas e ideológicas, é o de reduzir a luta do proletariado contra a burguesia a uma perspectiva economicista. Portanto, doravante substituiremos o conceito de pequena burguesia política empregado pela tese pelo conceito de burocracia sindical e partidária ou de aristocracia operária. Destacamos que a utilização do conceito de burocracia sindical e partidária se refere principalmente a Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores. Contudo, em sua expressão sindical, o governo Lula absorveu outros setores burocráticos de centrais sindicais tradicionalmente adversárias da CUT (Força Sindical, CTB, UGT, CGTB e NCST), ao reconhecê-las e aceitar dividir com estas, o dinheiro arrecadado com a contribuição sindical.

## **A influência das burocracias sindical e partidária sobre o proletariado**

Desde a década de 1990, como analisaremos adiante, há um movimento de conversão do PT de “partido contra a ordem” em um “partido da ordem” e uma mudança na concepção sindical cutista do “sindicalismo combativo e que diz não” para o “sindicalismo propositivo e cidadão”. A partir do governo Lula essa conversão se acelera descaracterizando completamente tanto o PT como a CUT como organizações políticas capazes de defender os interesses históricos e mesmo imediatos da classe trabalhadora.

Mas essa conversão ainda não foi suficiente para lhes retirarem totalmente a influência no interior do movimento sindical e de massa, ainda que seja inegável sua diminuição em alguns setores do proletariado, causada pela frustração em relação ao governo Lula. No campo partidário essa diminuição se expressa na reconstrução revolucionária do PCB e no crescimento de sua influência em setores da esquerda brasileira. Outra expressão dessa perda de influência está no aparecimento do PSOL, formado a partir de setores expulsos do PT, em 2003 e outros que deste se desligaram após o escândalo do mensalão, em 2005. No campo sindical, a posição governista da CUT manifestada várias vezes desde a posse de Lula em 2003, resultou em cisões que levaram à criação da Conlutas e da Intersindical. A presença desses setores no interior de sindicatos, federações e confederações, têm levado várias entidades a se desfiliarem da CUT, caso da Fasubra e do Andes, além de sindicatos operários importantes, como o dos Metalúrgicos de Campinas e São José dos Campos. Foi a mudança no caráter da CUT que também levou o PCB, em um encontro de sua militância sindical em fevereiro de 2006, a retirar seu apoio político da Central, propugnando como alternativa a construção da Intersindical.

Porém, mesmo com essas cisões expressando uma nítida diminuição de sua influência em setores do proletariado, as burocracias sindicais através da CUT e em menor medida das demais centrais, continua detendo importantes posições no movimento sindical, ainda que estas sejam mantidas na maioria dos casos pelo controle burocrático sobre os sindicatos que dirige. Essa condição de ter uma base social de apoio de caráter proletário, representa uma diferença e uma “vantagem comparativa” importante da alternativa institucional petista em relação ao bloco institucional dirigido pelo PSDB-DEM-PPS. A base social de apoio dos tucanos e seus aliados continuam sendo, além de setores da burguesia, frações reacionárias e conservadoras da pequena-burguesia e das camadas médias assalariadas, cuja unidade se conforma em torno de bandeiras moralistas como o combate à corrupção, por posições políticas de caráter antipopular e anti-socialista, pela perseguição e criminalização dos movimentos populares mais combativos, além do preconceito social que nutre contra as classes populares. As burocracias sindicais e partidárias, por sua vez, atuam por um lado compondo a alternativa institucional petista e, ao mesmo tempo, mantendo influência sobre setores do proletariado.

## **A acomodação das burocracias sindical e partidária no interior do bloco de poder**

A presença das burocracias sindicais e partidárias como fração integrante do bloco de poder liberal burguês só se tornou possível, pois ela se movimenta no sentido de se acomodar dentro das instituições burguesas, cujo ápice dessa migração está em sua presença marcante no interior da aliança pluriclassista que sustenta o governo Lula. Esse processo de acomodação, tanto do PT como da CUT, cuja conversão do primeiro em “partido da ordem” e a vitória no interior desta última do “sindicalismo propositivo e cidadão”, não se tratou de uma guinada abrupta e inesperada, mas de uma metamorfose gestada desde a década de 1980, cujos fatores históricos determinantes foram a derrota de Lula nas eleições de 1989, o desmonte da União Soviética e do campo socialista e um recuo nos movimentos populares e no movimento sindical. Essa acomodação representou um movimento cada vez mais intenso de privilegiar a ação parlamentar e eleitoral, tendo como resultado uma inflexão ao centro, pois para alguns setores do PT a conquista por mais votos nas eleições exigia a adoção de posições oportunistas. Como explica o camarada Mauro Iasi (As Metamorfoses da Consciência, 2006, 461), “Alguns setores partidários sustentavam, a partir daí, que era necessário quase que uma ‘refundação’ do PT para ‘adaptá-lo’ aos ‘novos tempos’. Mas quais eram estes ‘novos tempos’? Acreditamos que os elementos que se combinam para impor a inflexão que presenciávamos eram de três ordens: primeiro, na defensiva geral dos movimentos, principalmente o sindical, entre outros motivos pelo impacto brutal da

reestruturação produtiva do capital; pelos resultados eleitorais e por uma certa avaliação que o limite eleitoral era resultado de um perfil 'restritivo' do partido, fundamentalmente pelos aspectos 'classistas' e por uma política de alianças que não iam além das próprias bases sociais; e, por último, mas não menos importante, pelo fato de que o desmonte do chamado 'socialismo real' colocava questões de fundo sobre a meta socialista". É importante salientar que essa acomodação não significa uma inércia política, no sentido das burocracias sindicais e partidárias paralisarem completamente as lutas, mas de restringir suas aspirações e perspectivas a um igual acomodamento programático, ou seja, impedindo-as de romperem politicamente com os limites impostos pelo bloco de poder liberal burguês, ao circunscrevê-las a um novo ciclo de desenvolvimento econômico capitalista, capaz de gerar emprego e distribuir renda.

A forma política assumida por essa acomodação e incorporação ao bloco de poder liberal burguês passou pelo abandono de qualquer perspectiva e referência em sua prática cotidiana no sentido de acumular forças para a construção do socialismo. Esse abandono se refletiu em um deslocamento ao centro e a substituição de um programa social democrata radical por outro de perfil claramente social-liberal baseado na democratização do poder, no planejamento estatal, no controle social do mercado, antineoliberal e favorável a uma política econômica baseada em um novo ciclo de desenvolvimento econômico capitalista com geração de emprego e renda e capaz de inserir o Brasil de maneira soberana na "globalização". Todas essas mudanças permitiram, no caso do PT, uma aproximação e unidade de ação com setores da burguesia descontente com o neoliberalismo e as políticas monetárias e de abertura comercial do governo FHC. No caso da CUT isso conduziu a uma aliança com o chamado capital produtivo, setores da burguesia industrial representadas por entidades como a Fiesp e que manifestavam desacordos com o predomínio dos interesses da burguesia financeira e especulativa no bloco de poder, defendendo já na década de 1990 o desenvolvimento econômico capitalista com geração de emprego e renda, como já nos referimos acima. A bem da verdade, todas as centrais sindicais adotaram lemas que tem o desenvolvimento econômico por referência, como podemos constatar pelos últimos congressos das duas maiores, a CUT e a Força Sindical. O lema da CUT é "Desenvolvimento, com Trabalho, Renda e Direitos", enquanto o da Força Sindical é "Emprego, Desenvolvimento Sustentável e Democracia Participativa".

A década de 1990 foi profícua em movimentos feitos tanto pela direção majoritária do PT como da CUT, ambas dirigidas pelo mesmo grupo político, a Articulação, no sentido de costurar alianças junto ao empresariado, tendo em vista sua bandeira em torno do apoio a um novo modelo de desenvolvimento econômico capitalista, mais favorável à produção de mercadorias. Além das câmaras setoriais e do governismo demonstrado pela CUT ao longo do governo Lula, exemplo mais recente foi a criação por parte da Central e da Fiesp, em meados de 2008, de um grupo de trabalho destinado a debater propostas de interesse comum, como a inflação e os juros altos. O compromisso entre ambas previa a garantia de emprego por parte do empresariado e uma orientação aos sindicatos filiados de não reivindicar a introdução de gatilhos salariais. Outro exemplo mais recente são os debates feitos pela CUT na *Jornada pelo Desenvolvimento*, cujo objetivo é o de debater sob a ótica cutista um projeto dos trabalhadores para as eleições de 2010. As palavras do presidente da CUT, Artur Henrique, na abertura do debate expressa com clareza o acomodamento da Central aos limites do bloco institucional burguês do qual ela faz parte, bem como seu apoio a uma candidatura que represente a continuidade do projeto petista de apoio a um novo ciclo de desenvolvimento capitalista: "Não podemos correr o risco de que espaços construídos pelo governo Lula se percam, não tenham seqüência institucional. Daí a importância de envolvermos o conjunto de nossa militância, das CUTs estaduais, para apresentarmos uma Plataforma da Classe Trabalhadora para as eleições de 2010. Queremos uma estrutura tributária regressiva, que taxe a especulação e não a produção. Defendemos que os recursos do orçamento sirvam para fomentar o desenvolvimento sustentável e não para pagar juros do superávit primário"<sup>1</sup>.

No caso do PT, o maior exemplo dessa aliança entre o capital e o trabalho está na presença de José Alencar, grande capitalista brasileiro, como vice-presidente da República na chapa que por duas vezes elegeu Lula presidente. Por esse e outros motivos, a principal marca do governo Lula, ao investir em um novo ciclo de desenvolvimento econômico destinado a incrementar a acumulação capitalista no Brasil, é o de tornar efetiva a aliança das burocracias sindicais e partidárias com frações da burguesia brasileira, proporcionando as condições objetivas para a sua completa incorporação e acomodação no interior do bloco de poder liberal burguês hegemônico e dominante.

## As burocracias sindical e partidária e a neutralização das lutas

O resultado dessa acomodação e sua incorporação como fração do proletariado ao bloco de poder liberal burguês, leva as burocracias sindicais e partidárias a abandonar tanto o programa democrático-popular (anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista), como a não possuir qualquer compromisso com mudanças profundas na sociedade brasileira no sentido da construção do socialismo. Seu horizonte, como estamos a insistir, se circunscreve a apoiar um novo modelo de desenvolvimento capitalista gerador de emprego e renda. Limitado em suas perspectivas estratégicas, sua prática política é permeada de enorme oportunismo, resumindo-se à manutenção burocrática dos seus aparelhos sindicais e ao pragmatismo eleitoral pela formação de alianças cada vez mais espúrias. É da acomodação das burocracias sindicais e partidárias no interior do bloco de poder liberal burguês, como indicamos acima, com um programa baseado na inauguração de um novo ciclo de desenvolvimento capitalista com geração de emprego e renda como alternativa à hegemonia do capital financeiro e especulativo, combinado com o fato de ainda deter certa influência em setores do proletariado, que advém sua capacidade de neutralizar e conter as lutas mais contestatórias.

O conteúdo economicista do programa das burocracias sindicais e partidárias lhe permite, em um contexto histórico marcado pela despolitização e no qual grande parte do proletariado acredita que pode conquistar melhores condições de vida ainda sob as relações de produção capitalistas, a se apresentar como avançada e progressista, verdadeira ala esquerda do bloco de poder institucional capitaneado pelo PT. Essa capacidade, portanto, em neutralizar e cooptar setores do proletariado tem razões mais profundas que precisam ser analisadas. Se considerarmos as burocracias sindicais e partidárias como exemplares tupiniquins de uma social-democracia tardia, o apoio por ela captado em setores do proletariado se encontra em sua função e natureza no interior da sociedade capitalista. Como indica Nicos Poulantzas (*Fascismo e Ditadura*, 1978, p. 168), "...em uma formação capitalista, social-democracia tem, em princípio – à exceção, por vezes, dos períodos revolucionários -, uma base de massa permanente, se bem que sujeita a flutuações muito importantes: e isto, principalmente, por causa da influência da ideologia burguesa, mas também pequeno-burguesa, sobre a classe operária. Não podendo a burguesia dominar unicamente pela repressão física organizada, e não se limitando a ideologia a existir apenas nas idéias, *o Estado burguês dispõe, em qualquer circunstância, de um (ou de vários) aparelho ideológico de Estado, especialmente destinado a inculcar a ideologia burguesa no interior da classe operária*. Nas formas 'normais' de Estado burguês tal aparelho é constituído por um partido de tipo social-democrata" (grifo do autor). Ao comporem o bloco liberal burguês e terem como norte de sua estratégia a inauguração de um novo ciclo de desenvolvimento capitalista, a aristocracia operária de corte social democrata, através das burocracias sindicais petista e cutista e as centrais que a ela se aliaram, encontram mais facilidade para aplicar uma política burguesa no interior do proletariado, apresentando a si mesma como a ala esquerda do atual bloco de poder, pois ela fortalece os aspectos economicistas da luta de classe, já presente na consciência dos trabalhadores por sua inserção como componente essencial da relação de produção capitalista.

Sob estas condições, as burocracias sindicais e partidárias, além de criar ilusões em setores da esquerda brasileira quanto às suas veleidades socialistas, neutraliza e coopta setores do proletariado e as lutas mais contestatórias à política geral do governo Lula, que possam representar um rompimento com o programa de desenvolvimento econômico capitalista por ela propugnado e com o próprio bloco de poder liberal burguês do qual ela faz parte. As burocracias atuam, por um lado, no sentido de pressionar o governo "pela esquerda", ao apresentar a sua agenda rebaixada, baseada no desenvolvimento econômico capitalista com geração de emprego e renda e em aliança com setores da burguesia, como uma agenda avançada e de interesse do conjunto do proletariado, ao mesmo tempo protestando contra os focos no interior do governo responsáveis pelo travamento dessa agenda, notadamente o Banco Central e sua política de juros altos. Por outro, buscam preservar e poupar Lula de críticas mais duras venha elas da oposição de esquerda como o PCB ou de direita (PSDB-DEM-PPS), acenando com o fantasma de um retorno do tucanato e suas políticas abertamente neoliberais que supostamente destruiriam as "conquistas" econômicas e sociais do governo petista. Apoiados nas políticas assistencialistas como o Bolsa Família, no crescimento econômico verificado nos últimos anos e no concomitante aumento do emprego formal, defendem a necessidade de se manter o apoio ao governo Lula, vendendo a idéia de que é preciso, a partir das mobilizações de massa, empurrá-lo à esquerda, como se este ainda estivesse em disputa. Ou então, difundem a ilusão entre os setores do proletariado sobre os quais

possuem influência, que o social-liberalismo petista e a aliança pluriclassista que garante sua governabilidade seriam pragmaticamente necessárias, como acúmulo de força rumo às mudanças mais profundas.

Exemplos dessa blindagem feita pelas burocracias sindicais e partidárias feitas para proteger o governo Lula, no sentido de neutralizar as críticas e as lutas mais contestatórias não faltam, como o papel exercido pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). Criada em abril de 2003 por iniciativa de movimentos sociais cujo objetivo era o de através de mobilizações de massa empurrar o governo Lula à esquerda, atualmente desempenha o papel de conter os movimentos contestatórios e críticos ao próprio governo, mobilizando suas bases para defendê-lo quando este sofre ataques da oposição de direita (PSDB-DEM-PPS). Outro exemplo dessa neutralização foram as manifestações ocorridas em 2009 contra a crise econômica, em 30 de março e a jornada de luta de agosto, feita pela CUT e as centrais governistas. Essas burocracias agiram, em nome da unidade e com o beneplácito de organizações políticas e sociais de esquerda, no sentido de esvaziar o caráter das manifestações, deixando de apresentar a crise como fenômeno intrínseco ao capitalismo e esvaziando a crítica à política do governo Lula em socorrer bancos e indústrias, para apresentar sua agenda voltada ao desenvolvimento econômico capitalista, ao reivindicar a redução na taxa de juros. Buscou, também, resumir o caráter dessas lutas a manifestações de rua em horários nos quais apenas dirigentes sindicais liberados poderiam participar, enquanto setores de esquerda como o PCB e a Intersindical, sustentaram a necessidade de realizarmos ações que envolvessem e dialogassem com os trabalhadores na base, paralisando a produção e a circulação de mercadorias. No caso da jornada de luta em agosto, por pressão da CUT e do governo Lula a data inicial da jornada, prevista para junho quando os trabalhadores sentiam mais duramente os efeitos da crise econômica através do desemprego e que teria o governo como um dos seus alvos, foi transferida para agosto, quando o cenário econômico passou a apresentar ligeira melhora na produção e no emprego, esvaziando o potencial de mobilização. O 10º Concut nos traz um exemplo muito ilustrativo dos limites da aristocracia operária e de sua ação no sentido de preservar o governo Lula. Uma emenda que reivindicava do governo a edição de uma Medida Provisória (MP) proibindo as demissões foi votada duas vezes. O campo majoritário cutista, principal expressão da pequena burguesia política no interior da Central, não acatou o resultado da votação favorável à proposta e pediu a recontagem dos votos. Isso permitiu sua rearticulação no plenário junto aos seus delegados para rejeitar a proposta em segunda votação.

### **A relação do PCB com as burocracias sindical e partidária**

Diante dessas considerações, qual deve ser a relação do PCB com as burocracias sindicais especialmente da CUT, do PT e mesmo do PC do B? Em primeiro lugar é o de não nutrir quaisquer ilusões quanto às suas veleidades reformistas, o que infelizmente não parece ocorrer em dois parágrafos da tese, que advertem de que haveria “alguns setores reformistas que parecem começar finalmente a entender que não há mais espaço para ilusões de disputas ‘à esquerda’ no governo Lula” (parágrafo 67). A tese também alerta que “não podemos descartar, a partir de agora, alguma forma de unidade de ação, em questões pontuais, com setores da esquerda reformista que ainda fazem equivocadamente parte do campo político social liberal hegemônico pelo PT” (parágrafo 68). Antes de qualquer coisa, seria necessária a tese definir com mais precisão o conteúdo do conceito de esquerda reformista, pois ao longo de todo o texto se trabalha com o conceito de pequena burguesia política e, de repente, surge um conceito novo sem uma definição mais clara sobre o seu significado.

Ainda que a tese não explique o conceito de esquerda reformista e nem mesmo quais são estes setores na forma de um partido ou corrente organizada, só podemos entendê-la na melhor das hipóteses como setores das burocracias sindicais e partidárias da CUT e do PT que estariam despertando do torpor e das ilusões nutridas ao longo dos dois mandatos de Lula, através de um deslocamento à esquerda ou até mesmo de um rompimento de alguns de seus membros com o governismo da CUT e do PT. O problema é de que, contrariamente à visão otimista da tese, não existe na atual conjuntura sinal de inflexão à esquerda dessa mal conceituada esquerda reformista, expressa por um rompimento ou desacordo com o governo Lula. E se estes existem não podem ser superestimados pelo PCB, pois podem significar uma perigosa inflexão à direita do Partido. Se por um lado os desacordos pontuais das burocracias sindicais e partidárias com o governo Lula levam-nas a agirem como a ala esquerda do bloco de poder da alternativa

institucional petista, reivindicando o cumprimento de uma agenda de desenvolvimento econômico capitalista, por outro, esta posição lhe permite atuar no sentido de formar uma barreira de preservação do governo Lula, buscando conter as lutas mais contestatórias, através de variados mecanismos de cooptação e de neutralização.

Possíveis divergências das burocracias sindicais e partidárias no interior da alternativa institucional dirigida pelo PT, são insuficientes para significar um rompimento com o governo petista. Esses limites também são dados pela aproximação das eleições de 2010 e sua tendência em se transformar em uma espécie de plebiscito entre as alternativas institucionais comandadas pelo PT e PSDB, com a ameaça de uma vitória do tucanato. As burocracias sindicais e partidárias já se movimentam nesse sentido, com a CUT, como vimos acima nas declarações de seu presidente, sinalizando o apoio à candidatura petista e a uma eventual radicalização de seu projeto desenvolvimentista. Parece pouco provável diante desse quadro, às vésperas de uma eleição presidencial onde a vitória de uma candidatura petista é incerta, que setores da aristocracia operária ou da esquerda reformista venham a se desiludir e romper com a alternativa institucional petista. Pelo poder até agora demonstrado em neutralizar e cooptar lutas mais combativas do proletariado, a tendência é a de que os eventuais setores descontentes se mantenham no interior da alternativa institucional petista, não colocando em risco a vitória eleitoral de Dilma Rousseff.

É preciso considerar, também, que caso ocorra esse rompimento ou desilusão com o governo Lula, a tendência apontada recentemente por esses setores, como demonstra a saída do PT da senadora acreana e ex-ministra do governo Lula, Marina Silva, é pelo centro do espectro político e não pela esquerda. O programa de Marina, baseado no conceito de desenvolvimento econômico sustentável, por ser reformista está mais próximo da perspectiva da esquerda reformista, do que com um projeto de construção do socialismo. Ou seja, não há uma ruptura com a perspectiva do desenvolvimento econômico capitalista em favor de uma luta pelo socialismo, mas apenas uma variação deste. Fica demonstrado como a degeneração política e ideológica do PT atingiram um grau onde as rupturas, excetuando pouquíssimos casos, são de tal magnitude que mesmo no caso de Marina Silva, com todo o seu histórico de dirigente sindical e líder seringueira, ocorrem em direção às legendas de aluguel e sem consistência ideológica e programática. Desse modo, além de não nutrir ilusões, é preciso o Partido considerar eventuais alianças de caráter pontual com a esquerda reformista como exceções à regra, para evitar possíveis inflexões à direita.

Nesse sentido, a relação do PCB com as burocracias sindicais e partidárias devem considerar duas questões fundamentais. Em primeiro lugar, nossa ação deve ser a de desmascarar o seu papel, que a partir de sua posição no interior do bloco de poder institucional comandado pelo PT, atuam no sentido de conter e neutralizar as lutas do proletariado visando preservar o governo Lula. Coerente com sua visão estratégica de construir o Bloco Histórico do Proletariado como força social e política capaz de levar à frente a tarefa de fazer a revolução socialista no Brasil, o PCB não pode nutrir ilusões quanto ao papel nefasto das burocracias sindicais e partidárias como aparelhos ideológicos do Estado capitalista. A agenda destes setores não propugna a luta pela construção do socialismo, mas a ilusão de classe difundida pela aristocracia operária de querer combinar um desenvolvimento econômico capitalista com geração de emprego e renda, em um país cujo padrão de acumulação de capital se baseia na superexploração dos trabalhadores. Além do mais, ela está perfeitamente integrada ao bloco de poder liberal burguês, motivo pelo qual ela não pretende confrontá-lo correndo o risco de perder as vantagens materiais e políticas advindas de sua acomodação.

Alianças pontuais com as burocracias sindicais até podem ocorrer, mas não devem ser superestimadas pelo PCB, como destacam os parágrafos 67 e 68 da tese. Essas alianças devem ser compreendidas como expressão de contradições próprias da luta de classe, dada a posição ocupada pelas burocracias sindicais e partidárias no interior do bloco de poder liberal burguês, de se posicionar a favor de um novo ciclo de desenvolvimento capitalista com maior autonomia em relação ao imperialismo estadunidense e capaz de gerar emprego e renda, combinada com sua influência sobre setores do proletariado advindo de seu programa economicista, o que eventualmente pode nos colocar em uma luta comum, mas com posições distintas e até mesmo antagônicas. Como os referidos parágrafos da tese não qualificam o conteúdo da unidade de ação em questões pontuais com a esquerda reformista, que ainda de acordo com a tese “equivocadamente” faria parte da base de apoio ao governo Lula, isso pode conduzir o PCB a uma perigosa

inflexão à direita. Nos marcos dessa unidade pontual, como bem demonstrou o caráter das manifestações de 30 de março e a jornada de agosto, as burocracias sindicais e partidárias podem até agir buscando a unidade, mas no sentido de preservar o governo Lula, desviando o foco das reivindicações e das lutas para aspectos secundários no sentido de blindar o governo evitando que este seja levado a tomar posições que confrontem os interesses das frações burguesas que fazem parte do bloco de poder institucional comandado pelo PT.

Em segundo, é preciso considerar que a atual conjuntura marcada pela desorganização dos trabalhadores e a pouca influência dos comunistas e correntes socialistas no seio do proletariado, favorece o trabalho da social democracia e inclusive amplia sua influência entre os trabalhadores, pois ela ocupa a função de ala esquerda do bloco de poder liberal burguês. Diante desse cenário, cabe às forças anticapitalistas em geral e ao PCB em particular, considerarem que a superação da influência das burocracias sindicais e partidárias no seio do proletariado brasileiro, só ocorrerá se tivermos a coragem e a ousadia de enfrentá-las em sua expressão sindical, partidária e de massa, retirando-lhe através da luta e de uma política de inserção no seio do proletariado, a hegemonia e a direção que ainda exercem.

Campinas, agosto e setembro de 2009.